

Terça-feira, 21 de janeiro de 1986 — GAZETA ME

• Política

CONSTITUINTE

Comissão inicia hoje o debate nacional sobre o regime parlamentarista

por Andrew Greenlees
de São Paulo

Começa a tomar contornos mais nítidos, a partir de hoje, o debate em torno de uma possível mudança do regime político brasileiro, que passaria a ser parlamentarista. As 14 horas, estarão reunidos no Hotel Glória do Rio os membros da Comissão de Estudos Constitucionais criada pelo governo Sarney para discutir internamente (a reunião plenária será no final do mês) propostas de regime governamental, entre outros itens que a Comissão pretende incluir na sua proposta final.

Quando as discussões no âmbito da Comissão de Estudos Constitucionais chegam ao capítulo do regime político, são poucos os membros que defendem o presidencialismo puro, como é o dos Estados Unidos, ou o parlamentarismo clássico, nos moldes britânicos ou italianos.

Segundo o jurista Miguel Reale, um dos 51 participantes da comissão, a maioria inclina-se por uma "convergência de regimes". Para concretizar essa idéia, porém, há diversos caminhos, que incluem desde o modelo francês até soluções nacionais.

De acordo com a proposta que tem o apoio de Reale, além de outros membros da comissão, seria criada a figura do primeiro-ministro, com a função de estabelecer e coordenar um plano político para o País, servindo também como elemento de ligação entre o Executivo e o Legislativo. O presidente da República indicaria o primeiro-ministro, submetendo sua escolha ao Congresso. Em comum acordo com o presidente, seria formado o gabinete, sem a necessidade de o Congresso dar o seu aval.

Um dos pontos de destaque seria a possibilidade de o Congresso aprovar por maioria uma moção de desconfiança a qualquer um dos ministros, inclusive o



Miguel Reale

primeiro-ministro. Neste caso, o presidente apresentaria novo nome para o cargo. Se o Congresso o rejeitasse, o chefe da Nação deveria indicar ainda outra pessoa. Uma segunda rejeição implicaria a escolha livre por parte do presidente, ouvidos os líderes da maioria parlamentar. A partir daí, o Congresso ficaria impossibilitado de apresentar voto de desconfiança contra o novo primeiro-ministro pelo prazo de seis meses.

Outro item importante da proposta: não haveria a possibilidade da dissolução da Câmara, pois, segundo Miguel Reale, esse procedimento é contrário à tradição brasileira. Mas não é apenas a experiência do passado que norteia essa solução para a convergência de regimes. "Isto é fruto de uma elaboração longa, com exame da situação brasileira do passado, do presente e do futuro", explica o jurista.

A proposta defendida por Reale, "um presidencialismo com vínculo congressional ou, por isso mesmo, um presidencialismo parlamentarizado", teria, na opinião do jurista, o mérito de distribuir o poder de maneira coordenada. Quanto ao apoio que essa solução teria, Reale tem uma certeza: "Ela não agradará aos personalistas, a quem sonha com o poder absoluto".

ANC 88

Pasta Jan/Jul 86

013

ANC - CPEC
X